



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

(Elaborado com base no modelo contido no site da

SEPLAG/MG (versão 1.0 disponível em www.mg.gov.br/planejamento/pagina/logistica/minutas)

DATA	Órgão Solicitante	Número da Unidade de Compra
19/07/2024	Secretaria de Estado de Fazenda	1191023 - Ipatinga

Sector Responsável pelo Pedido	Superintendência ou Diretoria
Sector: AF/Ipatinga - Administração Geral E-mail: afipatingaag@fazenda.mg.gov.br Ramal para contato: (31) 2136-4100	SRF/Ipatinga - AF/2º Nível/Ipatinga

1. OBJETO:

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de 2º nível, incluindo a revisão geral e recarga, em 36 (trinta e seis reais) extintores de incêndio, pertencentes à Administração Fazendária, Delegacia Fiscal e Superintendência Regional de Ipatinga, Administração Fazendária e Delegacia Fiscal de Manhuaçu e nas Administrações Fazendárias dos municípios de Guanhães, Caratinga, João Monlevade, Itabira e Ponte Nova, sob a forma de entrega integral, nos termos da tabela abaixo e conforme condições e exigências estabelecidas neste documento:

RELAÇÃO DE EXTINTORES E DADOS REFERENTES AO CÓDIGO CATMAS									
INFORMAÇÕES GERAIS				DETALHAMENTO					VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO
LOTE	CÓDIGO DO ITEM NO CATMAS	DESCRIÇÃO DO ITEM NO CATMAS	QUANTIDADE	LOCAL COLETA / ENTREGA DOS EXTINTORES	TIPOS E QUANTIDADES DE EXTINTORES QUE SERÃO MANUTENIDOS POR LOCAL DE COLETA / ENTREGA			TOTAL EXTINTORES POR UNIDADE	
					ÁGUA- 10 L	CO2 - 6KG	PQS - 06KG		
Único	3557	Manutenção e reparo em extintores de incêndio - inclusive recarga	1 serviço que englobe a manutenção de 2º nível, incluindo a revisão geral, em 36 extintores de incêndio, conforme detalhamento ao lado.	AF/IPATINGA (Avenida 28 de Abril, nº 630, Centro, Ipatinga/MG)	5	4	1	10	R\$3.877,50
				AF/JOÃO MONLEVADE (Rua Dom Bosco, nº 725, Aclimação, J. Monlevade/MG)	7	3	4	14	
				AF/MANHUAÇU (Praça Cordovil Pinto Coelho, nº 145, Centro, Manhuaçu/MG)	8	1	3	12	
TOTAL EXTINTORES POR TIPO:					20	8	8	36	

1.2. Compra com lote exclusivo para fornecedores qualificados como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparados, aptos a se beneficiarem do tratamento diferenciado e favorecido, conforme disposto no art. 48, inciso I, e art. 49, inciso IV, da Lei Complementar nº 123, de 2006 c/c no art. 8º Decreto nº 47.437, de 2018.

1.3. Não será necessário firmar instrumento de contrato, conforme disposto no art. 95, inciso I e II da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sendo este substituído por nota de empenho de despesa ou autorização de compra.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 48.586/2023.

1.5 Descrição da Solução:

1.5.1 Como as Unidades Administrativas em questão não estão acobertadas por nenhum contrato de manutenção de extintores de incêndio, faz-se necessário a realização do processo de compra em tela visando a manutenção dos equipamentos em condições adequadas de uso e em conformidade com as normas de segurança.

1.6 Informações complementares do objeto:

1.6.1. A manutenção de 2º nível, incluindo a revisão geral e recarga dos extintores supracitados, deverá ser executado em estrita conformidade com as especificações e condições descritas neste Termo de Referência e também com legislação vigente, dentre elas, a NBR nº 12.962/2016, devendo ainda obedecer à melhor técnica vigente, enquadrando-se rigorosamente dentro dos preceitos normativos relativos à execução dos serviços, objeto do presente certame.

1.6.2. Conforme consta na tabela acima, os extintores de incêndio estão distribuídos em 3 pontos de coleta/entrega. Nesse sentido, cabe à CONTRATADA recolher os equipamentos nos endereços indicados na referida tabela e, após a manutenção, devolvê-los na mesma Administração Fazendária (AF) onde foram coletados.

1.6.3. O lance do fornecedor vencedor deve incluir todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto, os quais ficarão única e exclusivamente a cargo da Contratada.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Justificativa da aquisição propriamente dita

2.1.1 Partindo do princípio de que a SEF/MG não dispõe de mão de obra própria especializada para manutenção periódica dos extintores de incêndio, a Equipe de Planejamento e Contratação optou pela realização do processo de compra em tela pelos seguintes motivos:

a) Os serviços serão prestados com a finalidade de manter os extintores existentes nas das Unidades Administrativas supramencionadas em condições adequadas de uso e em conformidade com as normas de segurança;

b) A estrutura física (carcaça e acessórios) dos extintores pertencentes à Regional de Ipatinga está em perfeitas condições de uso;

c) A opção pelo aproveitamento dos extintores já existentes na Regional de Ipatinga ao invés da compra de novos equipamentos, S.M.J., se mostra mais alinhada com as diretrizes relativas a sustentabilidade social, econômica e principalmente ambiental.

2.2. Enquadramento do objeto do certame como bem/serviço comum

2.2.1 O objeto do certame em questão (descrição dos bens propriamente ditos, padrões de qualidade e de desempenho) foi delimitado por meio de especificações usuais do mercado, e, portanto, se enquadra no conceito de bens e/ou serviços comuns. Nesse sentido, com fulcro no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021 e na Resolução SEPLAG nº 34/2023, a Equipe de Planejamento da Contratação entende que a Cotação Eletrônica de Preços (COTEP) se mostra a alternativa adequada para viabilizar a referida aquisição. É importante mencionar, ainda, que a contratação em questão não representa parcela de serviço ou material que poderia ter sido adquirida de forma integral, por meio de processo de compra de maior valor.

2.3. Quantitativo estimado

2.3.1 Para fins de delimitação do objeto do certame, a Equipe de Planejamento da Contratação baseou-se nos seguintes fatores:

- a) Quantitativo de extintores de incêndio existentes na Unidade Executora Ipatinga (todos os extintores passarão pela manutenção);
- b) Disponibilidade orçamentária da Unidade Executora Ipatinga 1190065 para o exercício de 2024.

2.4. Preço de referência

2.4.1 Para apuração do preço de referência procedeu-se à consulta de mercado junto a 4 (quatro) fornecedores, conforme informações contidas no mapa de preços nº 1191023.007/2024 (SEI nº 92935220) e orçamentos anexados ao processo SEI em tela.

2.5. Justificativa para a escolha da fonte de pesquisa de preços

2.5.1 Embora o art. 6º, § 1º da Resolução SEPLAG nº 102/2022 oriente que sejam priorizados como fontes de preços os sistemas oficiais de governo, como o módulo de Melhores Preços do Portal de Compras MG, bem como as aquisições e contratações realizadas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de até um ano anterior à data da pesquisa de preços, a Equipe de Planejamento da Contratação optou por realizar pesquisas de preços com fornecedores da Região de Ipatinga por entender que os preços eventualmente disponíveis nos sistemas oficiais de governo (Portal de Compras MG, por exemplo) foram obtidos por meio de processos de compra cujo objeto não guarda similaridade (quantitativo, local da prestação dos serviços, dentre outros fatores) com o processo de compra em tela.

2.6. Justificativa para a escolha da metodologia utilizada para o cálculo do preço de referência

2.6.1 Com base na recomendação da SPGF (vide recorte abaixo) e no disposto no art. 6º, § 1º da Resolução SEPLAG nº 102/2022, a Equipe de Planejamento da Contratação considerou como preço de referência a média aritmética dos 4 (quatro) orçamentos coletados de fornecedores da Região de Ipatinga e dos preços existentes no Módulo de Melhores Preços do Portal de Compras MG.

De: atendimentoosef@fazenda.mg.gov.br <atendimentoosef@fazenda.mg.gov.br>
Enviada em: terça-feira, 28 de março de 2023 13:27
Para: Filipe Ferreira da Silva <filipe.silva@fazenda.mg.gov.br>
Assunto: [SEF ATENDE] Resposta Mensagem - #1352088 Aquisições e Contratos

FALE COM A SPGF

Prezado(a) Filipe Ferreira da Silva,

Ref. a mensagem: 1.352.088 - Aquisições e Contratos

A Resolução Seplag nº 102/2022, que regulamenta o procedimento de pesquisas de preço para aquisição de bens e serviços, cita a questão do sobrepreço, do preço inexistente e do preço discrepante, e, nesse sentido, gostaria de saber se há algum critério objetivo para análise das questões supracitadas (ex.: orçamentos inferiores ou superiores a 50% da média aritmética dos orçamentos coletados).

Resposta: Deverá ser feita a média.

Outro ponto que tenho dúvida se refere ao caput do art. 8º da Resolução supracitada. O referido dispositivo preconiza que "serão utilizados, como métodos para obtenção do orçamento estimado para a contratação, os preços de mercado, ou seja, os preços praticados no mercado, ou seja, os preços praticados no mercado, ou seja, os preços praticados no mercado". Nesse caso, se numa prorrogação de contrato a U.

Resposta: No memo art. 8º, § 6º Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados. A Unidade Demandante que deverá analisar de forma criteriosa.

E. optar pela sistemática da média aritmética para obtenção do preço de referência terá que justificar o motivo pela não opção da mediana ou valor do menor orçamento?

Resposta: A Unidade Demandante quando não tiver parâmetro de preço, obrigatoriamente terá que justificar qual a sistemática utilizada. Outro ponto, a Unidade deverá inserir as solicitações realizadas por e-mail e que não foram respondidas também as negativas (fornecedor informando que não tem interesse, se for o caso).

No caso de novas contratações, cabe a U.

E. tão somente lançar no Portal de Compras o valor das pesquisas de preço realizadas, ou seja, o próprio Portal de Compras, baseado no artigo supracitado e nos demais dispositivos da Resolução Seplag nº 102/2022?

Resposta: Sim. Mas vale lembrar que, caso o servidor precisar cadastrar manualmente o sistema permite.

Atenciosamente,

Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças – SPGF
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

2.7 Justificativa para não elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP)

- a) Trata-se de objeto de valor e complexidade relativamente baixos. Logo, S.M.J., o processo de compra em tela não exige a elaboração de estudo mais aprofundado para avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação;
- b) O problema a ser resolvido e a motivação da contratação estão evidenciados neste Termo de Referência;
- c) Nos termos do inciso I, § 1º do artigo 4º da Resolução SEPLAG/MG nº 115 de 29/12/2021 o Estudo Técnico Preliminar (ETP) é de elaboração facultativa. Além disso, o artigo disponível na Trilha de Aprendizagem da SEPLAG/MG sobre o Estudo Técnico Preliminar - ETP (vide trecho contido no quadro abaixo) reforça o entendimento de que o citado documento é dispensável nos casos de realização de compras por meio de dispensa de licitação por valor.

(...) Convém frisar que as informações a serem levantadas não se aplicam igualmente a toda e qualquer demanda, sendo uma boa prática a adoção de formulários orientadores para elaboração dos estudos preliminares, de acordo com o tipo da contratação pretendida. Além disso, há situações nas quais a exigência do ETP é imprópria[6]:

1) nas Licitações Dispensáveis:

- em função do valor;
- em função da situação emergencial;
- para contratação de remanescente, pois este já foi produzido quando da licitação original.

2) na prorrogação de serviços de natureza continuada, uma vez que o documento já foi produzido na fase de planejamento da contratação e contemplou as prorrogações que o objeto permite. Todavia, já há indicativo do TCU para avaliação, como condição para as prorrogações contratuais, se a necessidade que motivou a contratação ainda existe e se a solução escolhida ainda é a mais vantajosa[7]. Além disso, nas contratações de Tecnologia da Informação a análise de viabilidade nessa fase já vem sendo pedida pelos normativos correlatos[8].

3) nas contratações padronizadas, uma vez que a solução identificada já foi estudada;

4) nos serviços de mesma natureza, semelhança ou afinidade, que podem ser elaborados de forma conjunta, já que são estudos similares e equivalentes, de tal modo que é possível conciliar os documentos.

É possível, ainda, deparar-se com outras situações nas quais esse artefato seria desnecessário. Nesses casos, para uma ideal equação onde há ou não a necessidade de se elaborar um ETP, é imprescindível uma análise sistêmica das demandas, sendo certo que é possível haver situações nas quais os estudos realizados representam apenas retóricas de outras contratações e acabam tornando-se mais um documento a somar-se aos demais que são exigidos na lei.

Em apoio a essa posição, o Decreto nº 10.024/2019 apresenta, no artigo 8º, um mostruário de documentos que deve instruir o processo licitatório na modalidade de pregão eletrônico e destaca a discricionariedade da elaboração do Estudo Técnico Preliminar, condicionando-o à sua necessidade.

Logo, o entendimento de que é vedada a realização de contratação sem o ETP não tem como se sustentar, tendo em vista ser imprescindível a avaliação do universo no qual se situa a demanda e a real necessidade de produção do documento.

Em regra, entretanto, considerando as exceções já pontuadas, o Estudo Técnico Preliminar é exigido nas contratações de serviços, obras[9] e de soluções de tecnologia da informação, que demandam análise atual e contextualizada da necessidade da instituição e do mercado. (...)

Fontes de pesquisa:

* Trilha de Aprendizagem SEPLAG/MG - Trilha: Estudo Técnico Preliminar / Parte 1 / Tópico visão Geral do Planejamento da Contratação (Link <https://www.ead.planejamento.mg.gov.br/mod/folder/view.php?id=1716>);

* Site consultor Jurídico (Link <https://www.conjur.com.br/2020-jan-10/maturidade-qualificacao-etapa-planejamento-contratacoes-publicas/>);

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 Da Participação de Consórcios

3.1.1 Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de prestar o serviço de forma independente.

3.2 Da subcontratação

3.2.1 Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratual. Considerando que a execução integral do objeto do certame, pelo Licitante Vencedor, não se mostra inviável do ponto de vista técnico-econômica, considerando que órgãos de controle como o Tribunal de Contas da União - TCU entendem que a subcontratação deve ser tratada como exceção (Acórdão TCU nº 2669/2016), caberá ao Licitante Vencedor responsabilizar-se integralmente pela prestação dos serviços descritos neste Termo de Referência.

3.3 Sustentabilidade

3.3.1 Não serão exigidos critérios de sustentabilidade na presente contratação. Entretanto, isso não desobriga a Contratada de providenciar o descarte adequado de eventual resíduo gerado em virtude da manutenção de 2º nível, incluindo a revisão geral e recarga, dos extintores de incêndio.

3.4 Da indicação de marcas ou modelos

3.4.1. Não serão exigidas marcas ou modelos específicos para a contratação.

3.5 Da vedação de utilização de marca ou modelo

3.5.1. Não haverá vedação de marca/modelo na presente contratação.

3.6 Da exigência de carta de solidariedade

3.6.1. Não será exigida a apresentação de carta de solidariedade na presente contratação.

3.7 Da Garantia da Contratação

3.7.1 Não será exigida garantia de execução da contratação para este objeto.

3.8 Condições e especificações da garantia do serviço

3.8.1. Será aplicada ao objeto do certame somente a garantia legal estabelecida pelo art. 26, da Lei Federal nº. 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC).

3.9 Da Vistoria

3.9.1. Os fornecedores interessados poderão realizar vistoria prévia, para melhor conhecimento das condições dos equipamentos que serão mantidos, visando, inclusive, a perfeita execução dos serviços objeto desta contratação.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. Do Prazo de Entrega

4.1.1. A manutenção dos extintores se dará no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, a contar da data em que o serviço for autorizado pela Administração Fazendária de Ipatinga.

4.2 Do Local e Horário da Prestação do Serviço

- 4.2.1 Os extintores de incêndio serão coletados e entregues nos endereços indicados na tabela contida no item 1.1 deste Termo de Referência.
- 4.2.2 A coleta e entrega dos extintores poderá ocorrer de segunda-feira a sexta-feira de 09h às 11h e 13h às 17h, em horário previamente combinado com a Contratante.
- 4.2.3 Os serviços serão prestados no estabelecimento da Contratada.

4.3 Dos materiais a serem disponibilizados:

4.3.1. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços objeto do processo de compra em tela.

5. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

5.1. Do Recebimento

- 5.1.1. Os bens e/ou serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) servidor designado e/ou responsável pelo acompanhamento e pela fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e na proposta.
- 5.1.2. Os bens e/ou serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e na proposta comercial, devendo ser substituídos no prazo de até 7 (sete) dias corridos, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.1.2.1. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 5.1.3. Os serviços prestados serão recebidos definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado, que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de até 7 (sete) dias corridos, contados a partir do recebimento provisório.
- 5.1.3.1. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 5.1.4. O prazo para recebimento definitivo do objeto poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 5.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, notificando o Contratado para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 5.1.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 5.1.7. O recebimento/aprovação dos serviços, pelo Contratante, não exclui a responsabilidade civil do Contratado por vícios de quantidade ou qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se à Administração as faculdades previstas no art. 18 da Lei Federal n.º 8.078 de 1990.
- 5.1.7.1. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.2. Da Liquidação

- 5.2.1. A Liquidação será efetuada no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados da data da entrega definitiva do produto e respectivo aceite do Contratante.
- 5.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 5.2.2.1. O vencimento;
- 5.2.2.2. A data da emissão;
- 5.2.2.3. Os dados do contrato e do órgão Contratante;
- 5.2.2.4. O período respectivo de execução do contrato;
- 5.2.2.5. O valor a pagar; e
- 5.2.2.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 5.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.
- 5.2.4. A nota fiscal ou o instrumento de cobrança equivalente, deverá ser acompanhado da comprovação da regularidade fiscal disposta no art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.3. Do Pagamento

5.3.1. O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o Contratado indicar, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data final da

liquidação a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pelo Contratante.

5.3.1.1 A Administração deverá observar a ordem cronológica nos pagamentos, conforme disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, de acordo com a variação do Sistema Especial de Liquidação e Custódia –SELIC.

5.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.3.4. Independentemente do percentual de tributo inserido pelo Contratado na planilha de custo, quando houver, serão retidos na fonte, os percentuais estabelecidos na legislação vigente, quando da realização do pagamento.

5.3.5. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.3.6. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

5.3.6.1. Não produzir os resultados acordados;

5.3.6.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

5.3.6.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.4. Da antecipação do Pagamento

5.4.1 Não há previsão de pagamento antecipado na presente contratação.

6. PROCEDIMENTO DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

7. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

7.1. Regras Gerais

7.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e artigos 15 e 16 do Decreto 48.587, de 2023.

7.1.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.1.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.1.4. A execução dos serviços deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos servidores indicados no subitem 7.2.2 deste Termo de Referência, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos, conforme art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e art. 14 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.1.5. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial da contratação, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a fim de apurar a responsabilidade do Contratado e eventualmente aplicar sanções.

7.2. Gestão e Fiscalização da Contratação

7.2.1. As partes deverão respeitar as especificações contidas neste Termo de Referência, sendo que cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.2.2 Nos termos do art. 7º e 117 da Lei nº 14.133/21, ficam designados os seguintes servidores para gerir e fiscalizar a contratação em tela como representantes da Administração, bem como adotar as medidas previstas no art. 140 da Lei 14.133/21 e no art. 15 e 16 do Decreto Estadual nº 48.587/2023.

a) **Ponto de coleta/entrega "AF/Ipatinga"**: Marcelo Gonzaga Tasca, Masp 752.579-3 e Filipe Ferreira da Silva, Masp 752.216-2;

b) **Ponto de coleta/entrega "AF/João Monlevade"**: Mônica de Fátima Pereira, Masp 965.522-6 e Otacilio Antônio da Mota, Masp 906.324-9;

c) **Ponto de coleta/entrega "AF/Manhuaçu"**: Vera Lúcia da Cruz, Masp 335.354-7 e Amós Pereira da Costa, Masp 669.889-8.

7.2.3 Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do objeto, o fiscal da contratação dará ciência à Contratada, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas, determinando prazo para a correção.

7.2.4 O fiscal do contrato anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, de acordo com o § 1º, art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.4.1 Caberá ao gestor os controles administrativos/financeiros necessários ao pleno cumprimento das condições previstas no Termo de Referência.

7.2.5 O fiscal do contrato informará a seus superiores e ao gestor do contrato, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme § 2º, art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.6 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

7.2.7 A Contratante reserva-se ao direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações deste Termo de Referência, do instrumento convocatório e de seus anexos, e da proposta comercial da Contratada.

7.2.8 Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, deverão ser observadas as disposições dos art. 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021, a fim de apurar a responsabilidade da Contratada e eventualmente aplicar sanções.

7.2.9 As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de

8. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação por valor, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sob a forma ELETRÔNICA, que culminará com a seleção da proposta de **MENOR PREÇO** para o lote único, conforme justificativa apresentada neste Termo de Referência.

8.2. Dos critérios da aceitabilidade da proposta

8.2.1. A proposta terá validade de 30 (trinta) dias corridos contados da data de aceitação.

8.2.1.1. Se solicitado, o fornecedor deverá apresentar ficha técnica e/ou portfólio e/ou folder e/ou prospecto que identifique o produto e/ou serviço ofertado e todas as suas características tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes as demandadas neste Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.2.2. A proposta comercial deverá estar em consonância com o modelo disponibilizado pela Contratante;

8.2.2.1 Caso a proposta comercial e os documentos que a acompanham sejam assinados por mandatário, deverão ser encaminhados também, a procuração e cópia da carteira de identidade do mandatário subscritor.

8.2.2.2. O instrumento de procuração, deverá ser apresentado em instrumento público (lavrado em Cartório) ou instrumento particular, com firma reconhecida em Cartório ou por meio de assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

8.2.3 Para decisão quanto à aceitabilidade da proposta, será examinada a melhor classificada, no que se refere à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado para a contratação e com as especificações técnicas do objeto.

8.2.4 Serão desclassificadas, de acordo com o art. 59 da Lei nº 14.133/2021, as propostas que:

8.2.4.1. Contiverem vícios insanáveis;

8.2.4.2. Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no instrumento convocatório;

8.2.4.3. Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

8.2.4.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.2.4.5. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, desde que insanável.

8.3. Da Prova de Conceito (PoC)

8.3.1. Não será exigida a apresentação de prova de conceito nesta contratação.

8.4. Da Amostra

8.4.1. Não será exigida a apresentação de amostras nessa contratação.

9. HABILITAÇÃO

9.1. Habilitação Jurídica:

9.1.1. Documento de identificação, com foto, do responsável pela(s) assinatura(s) da(s) Proposta(s) Comercial(is).

9.1.2. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual.

9.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias ou empresas individuais de responsabilidade limitada e, no caso de sociedade de ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus administradores.

9.1.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas em se tratando de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício.

9.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

9.1.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

9.2.1. Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)

9.2.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

9.2.3. Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.2.3.1. A prova de regularidade fiscal e seguridade social perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, bem como das contribuições previdenciárias e de terceiros.

9.2.3.2. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.2.4. Certificado de Regularidade relativa à seguridade social e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

9.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.2.6. Comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

9.3. Qualificação Econômico-Financeira:

9.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, emitida nos últimos 06 (seis) meses.

9.4. Da Qualificação técnico-operacional e técnico-profissional:

9.4.1 Os serviços deverão ser realizados por profissionais capacitados e devidamente protegidos com equipamentos de segurança;

9.4.2 Em relação a recarga e manutenção de 2º nível do extintores, deverão ser empregados produtos de boa qualidade. Inclusive, os serviços deverão ser executados em estrita conformidade com a legislação que versa sobre o assunto.

9.4.3 Os documentos relacionados abaixo serão considerados para fins de habilitação técnico-operacional e técnico-profissional:

- a) Certificado de registro junto ao INMETRO;
- b) Certificado de registro junto ao CREA ;
- c) Certificado de registro junto ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais;

10. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

10.1. Do Contratante

- 10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.
- 10.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 10.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- 10.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução da contratação, e atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste Termo de Referência.
- 10.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte os bens entregues, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e/ou na proposta comercial do Contratado.
- 10.1.6. Comunicar o Contratado para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia parcial sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.1.7. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- 10.1.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento.
- 10.1.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.
- 10.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 10.1.10.1. A Administração terá o prazo de até 5 (cinco) dias corridos a contar da data do protocolo do requerimento, tratado no item 10.2.1.1, para decidir e admitir a prorrogação motivada por igual período, conforme art. 123, Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos.
- 10.1.12. Aplicar ao Contratado as sanções legais e regulamentares.
- 10.1.13. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários por meio dos documentos pertinentes.
- 10.1.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 10.1.15. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

10.2. Do Contratado

- 10.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
 - 10.2.1.1 Cabe ao Contratado protocolar o pedido de prorrogação de prazo junto a Contratante caso ocorram imprevistos, sendo que tal pedido só será aceito pela Contratante caso a fundamentação apresentada seja plausível.
- 10.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078, de 1990;
- 10.2.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 10.2.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, conforme Inciso II, art. 137 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e inciso III, art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 10.2.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução contratual e/ou fornecimento do objeto e/ou dos materiais empregados;
- 10.2.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.2.7. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.2.8. Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao Contratante para ateste e pagamento;
- 10.2.9. Responsabilizar-se pela garantia dos produtos entregues e dos materiais empregados nos itens solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência;
- 10.2.10. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- 10.2.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não onerará o objeto do contrato;
- 10.2.12. Comunicar ao Fiscal da contratação, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
- 10.2.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 10.2.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato
- 10.2.15. Cumprir, durante todo o período de execução da contratação, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitada da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.2.16. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, quando solicitado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme parágrafo único, art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.2.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.2.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no inciso II, alínea "d", art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.2.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 10.2.20. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste documento, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

- 10.2.21. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 10.2.22. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 10.2.23. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 10.2.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 10.2.25. **Fornecer, sem custos adicionais, etiquetas de controle de manutenção contendo, no mínimo, as seguintes informações: Dados da empresa que prestou o serviço (Razão Social, CNPJ e endereço), mês/ano da realização da manutenção de 2º e 3º nível, mês/ano da próxima manutenção de 2º e 3º nível, dados de cada extintor (tipo, capacidade);**
- 10.2.26. **Fornecer, sob empréstimo, se for o caso, até o término da execução dos serviços, extintores em substituição daqueles que serão recolhidos para a manutenção;**
- 10.2.27. Providenciar, caso não possua, conta bancária vinculada ao CNPJ do licitante vencedor;

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- 11.1.1. Der causa à inexecução parcial da contratação;
- 11.1.2. Der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 11.1.3. Der causa à inexecução total da contratação;
- 11.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 11.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 11.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 11.1.8. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a contratação e execução do contrato;
- 11.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;
- 11.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 11.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 11.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 11.2.1. **Advertência** - quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no §2º, art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 11.2.2. **Impedimento de licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.2 a 11.1.7, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 4º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 11.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos subitens 11.1.2 a 11.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no §5º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
- 11.2.4. **Multa:**

11.2.4.1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

- 11.3. As sanções previstas nos subitens 11.2.1, 11.2.2 e 11.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme disposto no §7º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 11.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme §8º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 11.5. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, conforme disposto no §9º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 11.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme disposto no art. 157, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 11.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.9. Em observância ao disposto no §1º, art. 156, da Lei nº 14.133, de 2021, na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 11.9.2. As peculiaridades do caso concreto;
 - 11.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 11.9.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;
 - 11.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159 da referida Lei de Licitações.
- 11.11. A personalidade jurídica do Fornecedor poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste documento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme disposto no art. 160, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

- 11.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme art. 161, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 11.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão, decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 12.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 3.877,50 (três mil, oitocentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme custos unitários apostos no quadro constante do subitem 1.1 deste Termo de Referência.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária do orçamento em vigor, aprovado pela **Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 24.678 de 17/01/2024**.
- 13.1.1 A contratação será atendida pela seguinte dotação orçamentária: **1191.04.129.045.4082.0001.339039.21**, fontes 10.1 e/ou 29.1;

Ipatinga, 23 de agosto de 2024.

ELABORAÇÃO

Filipe Ferreira da Silva – Masp 752-216/2.

APROVAÇÃO

Gerência

Marcelo Gonzaga Tasca - Masp 752.579-3 - Gerente de Área da AF/2º Nível/Ipatinga.

Chefia Imediata e Titular da Unidade Administrativa

Marli Ferreira da Silveira Schuwarten - Masp. 669.799-9 - Chefe da AF/2º Nível/Ipatinga



Documento assinado eletronicamente por **Filipe Ferreira da Silva, Servidor**, em 26/08/2024, às 09:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Gonzaga Tasca, Gerente de Área**, em 26/08/2024, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marli Ferreira da Silveira Schuwarten, Chefe de Administração Fazendária**, em 26/08/2024, às 11:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **91610111** e o código CRC **F838C4E4**.

Referência: Processo nº 1190.01.0012402/2024-09

SEI nº 91610111